



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

# **SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

REUNIÃO PLENÁRIA | BRAGA | CENTRO DE JUVENTUDE DE BRAGA | 25.09.2023 | 10H00

## **ATA DA REUNIÃO**

Com a ordem de trabalhos em anexo I e as presenças em anexo II, reuniu no auditório do Centro de Juventude de Braga, em Braga, pelas 10H00 do dia 25 de setembro de 2023, a Secção de Municípios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

### **PONTO 1: ABERTURA**

O Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, também na sua qualidade de Relator do Comité das Regiões Europeu para os ODS, deu as boas-vindas aos participantes, salientando a pertinência da realização desta reunião no dia em que se celebra, pela primeira vez, o Dia Nacional da Sustentabilidade.

Na sua intervenção referiu-se à necessidade de um novo modelo de financiamento público que assente no alinhamento dos orçamentos com a Agenda 2030, dando o exemplo de Braga que conseguiu alinhar 70% do seu orçamento com os ODS. Neste espírito, considerou importante desenvolvimento de um trabalho mais estruturado no seio da União Europeia como forma de ultrapassar muitos dos constrangimentos que ainda persistem.

Deu nota das principais conclusões saídas do High Level Political Forum das Nações Unidas (HLPF), realizado em julho de 2023 em Nova Iorque, onde o Estado Português apresentou o Relatório Voluntário Nacional; para além de salientarem a importância da localização e da elaboração de relatórios voluntários como formas de se avaliar o cumprimento da Agenda 2030 e a concretização dos seus 17 objetivos, as conclusões do HLPF foram muito explícitas no que ao papel das autarquias locais diz respeito, considerando-as como parceiros indispensáveis no desígnio mundial do desenvolvimento sustentável e na concretização da Agenda 2030.



O Presidente da Mesa da Secção e Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vítor Aleixo, começou por dar nota das iniciativas da Secção, referindo-se às reuniões realizadas e aos relatórios que têm vindo a ser produzidos pelos vários grupos de trabalho, com o envolvimento ativo de inúmeros municípios, salientando a importância do trabalho dos técnicos desses municípios na produção dos documentos temáticos.

Prestou informações sobre a mais recente reunião da Comissão de Acompanhamento para a Monitorização e Avaliação da Implementação dos ODS (CA), onde participa em representação da ANMP, dando nota de que na última reunião desta CA: a) foi apresentado o Relatório Voluntário Nacional entregue pelo Estado Português no HLPF; b) foi discutido o papel das pequenas e médias empresas e a necessidade de serem chamadas a participar mais ativamente na concretização da Agenda 2030; c) foi apresentada a metodologia para o Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2024.

Finalmente, informou os presentes acerca da preparação em curso, no seio da Mesa da Secção, de uma proposta de moção sobre os ODS a ser levada ao XXVI Congresso da ANMP, marcado para o Seixal para o dia 30 de setembro próximo. Apelou a todos que apresentassem os contributos que considerassem adequados para a redação do texto final dessa moção.

## **PONTO 2: ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO DE BRAGA PARA OS ODS**

Neste ponto, com a coordenação de Hélder Costa, em nome da Câmara Municipal de Braga, que também apresentou o contexto estratégico do desenvolvimento sustentável do município, assente num Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável, foram apresentadas iniciativas locais no domínio do empreendedorismo, da inovação social e da inovação empresarial. A StartupBraga e a HumanPowerHub deram a conhecer alguns dos seus projetos e a forma como estes são desenhados e concretizados em estreito alinhamento com o ODS.

## **PONTO 3: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE RELATÓRIO “FINANCIAMENTO ODS” PELOS MEMBROS DO GT DA SECÇÃO (Torres Vedras e Vila Nova de Famalicão)**

A Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras e Vice-presidente da Mesa da Secção fez um breve enquadramento do trabalho desenvolvido na elaboração da proposta já validada pela Mesa e que agora se coloca à consideração do Plenário (anexo III).



Procurando responder à questão “haverá programas e medidas que financiem a implementação da Agenda 2030” as técnicas responsáveis pelo relatório concluíram que, apesar de a União Europeia, nos documentos iniciais de programação, indicar a Agenda 2030 como referencial procurando internalizar os princípios e compromissos associados aos ODS, assim como, ao nível nacional, o Acordo de Parceria Portugal 2030 e o PRR mencionarem a Agenda 2030 como referencial, o certo é que a maioria dos programas e medidas existentes não concretizam, de forma clara e direta, o seu alinhamento com os ODS.

Com efeito, à exceção do Fundo Ambiental que, em diversas das suas medidas, explicita objetivamente este alinhamento, não foi possível identificar qualquer programa que apoie financeiramente, de forma direta, os vários esforços das autoridades locais na promoção da Agenda 2030. Dão como exemplo o facto de não terem encontrado qualquer programa financeiro para apoio à elaboração dos Relatórios Voluntários Locais.

Perante os resultados obtidos, a proposta de relatório apresenta várias sugestões, sumariadas no capítulo “conclusões”, que podem vir a contribuir para ultrapassar os constrangimentos identificados e que, neste sentido, devem merecer uma análise continuada no âmbito da Secção.

Seguiu-se um período de perguntas e respostas durante o qual os intervenientes puderam esclarecer algumas dúvidas, nomeadamente acerca da possibilidade do recurso a financiamentos do BEI e do Banco Mundial para ações da Agenda 2030. Intervieram neste ponto representantes dos municípios de Mafra e do Fundão.

Não havendo qualquer outro assunto a tratar, deu-se por terminada a reunião tendo-se seguido um almoço no local oferecido pela Câmara Municipal de Braga a todos os participantes.

## **SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

REUNIÃO PLENÁRIA

Braga | 25 de setembro de 2023 | auditório do Centro de Juventude

### **10H00 ABERTURA**

- Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Braga e Relator do Comité das Regiões Europeu para os ODS, Ricardo Rio
- Intervenção do Presidente da Mesa da Secção de Municípios para os ODS, Vítor Aleixo

### **10H30 ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO DE BRAGA PARA OS ODS**

- StartupBraga - Sustentabilidade no Empreendedorismo e Inovação Empresarial por Luís Rodrigues
- HumanPowrHub (Centro de Inovação Social de Braga) - Acelerar a concretização dos ODS por via da Inovação Social, por Carlos Sousa Santos
- Contexto estratégico do Desenvolvimento Sustentável de Braga e Moderação, por Hélder Costa

11H30 Pausa para café

**12H00 Apresentação da proposta de relatório “Financiamento ODS” pelos membros do GT da Secção**  
(documento em anexo)

**12H15 Perguntas e respostas**

**13H00** Almoço oferecido pela Câmara Municipal de Braga



**SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**REUNIÃO PLENÁRIA**

Braga, Centro Municipal de Juventude, 25 de setembro de 2023

**LISTA DE PRESENCAS**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
1. Alcácer do Sal		
2. Aljezur		
3. Almada	Bejme Pinto	Dir. Dep. DTIC
4. Almeida		
5. Almeirim		
6. Amadora		
7. Angra do Heroísmo		
8. Arcos de Valdevez		
9. Arronches		
10. Arruda dos Vinhos		
11. Baião	Dora Pinto	chef Unidade Amb. e Snt.
12. Batalha		
13. Boticas	DORINDA SANCHES	TECNICA
14. Braga		
15. Bragança	Miguel Hambos	Unidade
16. Cadaval	Dimis Duarte	Unidade
17. Câmara de Lobos		
18. Cantanhede		
19. Carregal do Sal		
20. Cascais		
21. Castelo de Vide	Rui Benguel	Adjunta da GAP

- CASTELO DE VIDE

MARCO MESTRE

ESPECIALISTA DE  
INFORMÁTICA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
22. Celorico de Basto	Tranquila	Junta
23. Coimbra	MIGUEL FONSECA	VEREADOR
24. Condeixa-a-Nova		
25. Entroncamento		
26. Espinho		
27. Estremoz		
28. Évora		
29. Fafe		
30. Ferreira do Zêzere		
31. Figueira da Foz	Paulo Sousa	Clube Div. Acedite
32. Fundão	Jose Manuel Silva	Técnico Supra. Div. G. B. Vila Presidente
33. Gondomar	João João	Vereador e
34. Guimarães		
35. Ílhavo	Ana Freitas	Técnica sup.
36. Lagoa (Algarve)		
37. Lagos	Sandra M. A. Oliveira	Vereadora C. P. L.
38. Lamego		
39. Leiria		
40. Loulé	VÍTOR AZEIXO	PRESIDENTE
41. Loures		
42. Mafra	Ana Carolina Ferreira Pórtico ATLAS DAS NEWS	dirigente CONSULTOR 2005
43. Maia	1	
44. Matosinhos	Manuela Alvarez	Manuella
45. Mealhada		
46. Mértola		



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
47. Montemor-o-Velho		
48. Mourão		
49. Odemira		
50. Odivelas		
51. Oliveira de Frades		
52. Oliveira do Bairro		
53. Ovar		
54. Paredes	Luís Carvalho	Dirigente Intermuni.
55. Pedrógão Grande		
56. Pombal		
57. Ponte de Lima		
58. Ponte de Sor		
59. Porto Moniz		
60. Póvoa de Varzim		
61. Ribeira Brava		
62. Ribeira Grande		
63. Santarém		
64. Seixal	Claudia Pinto	Coord. GSSI
65. Sever do Vouga		
66. Sines		
67. Sintra	João Cabral	Dirigente executivo STARTUP SINTRA.
68. Tavira		
69. Terras de Bouro		
70. Tomar		
71. Torres Vedras	Laura Rodriguez	Coord. President



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES

MUNICÍPIO	NOME (legível)	CARGO
72. Vale de Cambra		
73. Valongo	António Pimenta	Directo do IGA
74. Vendas Novas		
75. Viana do Castelo	Fabiola Almeida	Vereadora
76. Vidigueira		
77. Vila Franca de Xira		
78. Vila Nova de Famalicão	Liliana Moura	Directora Municipal
79. Vila Nova de Foz Côa	<del>Ana Rita</del>	Vereadora
80. Vila Nova de Poiares	Paula de Brito Pedrosa	Vereadora
81. Vila Pouca de Aguiar		
Loulé	Carlos Camp	Vereador
Loulé	Bruno Reis	Técnico Superior
Seixal	Amé Carolina Silva	Coordenadora Gabinete
Vila Nova Foz Côa	Helena Sousa	Arquiteta
CM Lagos	Bruno Silva	Chefe Divisão
Trofa	Raquel Lopes	Téc. sup
Bobadela	Angela	Téc.
Vila Verde	Aurélia Italo	←
Figueira da Foz	Ma. Patrícia	técnico superior
BATAS	Fernando	Téc. sup
Comporta	José Dias	Directo. Inf.
BATANZA	JOÃO CAMEIRA	chefe Divis.
BRAGANÇA	FÁRCIA MORENO	TÉC. SUPERIOR
Barcelos	Alexandra Chm	chefe Divis.
Celorico de Basto	Carino Tavares	Técnico de 2ª. nível
	Direção da P. M.	técnico superior - Gestão.



Margarete Beche Rube - CMM - dup lista  
Susana Almeida - CMM - Técnica  
Dionísio - em Fundaç (Técnica)



# FINANCIAMENTO DE AÇÕES ODS



SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS ODS  
Reunião Plenária, 25 de setembro de 2023, Braga



## ■ Índice ■



1. Enquadramento
2. Inquérito aos Municípios
3. Financiamento dos ODS
4. Principais conclusões



# 1 ■ ENQUADRAMENTO

Enquadramento

## GRUPO DE TRABALHO - EQUIPA TÉCNICA DE RELATORES

Nome	Divisão
<b>Torres Vedras</b>	
Claudia Sisti	Área de Captação e Gestão de Financiamento
Raquel Lopes	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade
<b>Vila Nova Famalicão</b>	
Andreia Mafra	Planeamento Estratégico, Economia e Internacionalização
Francisco Jorge	

>> 3 meses de trabalho: de abril a junho 2023

>> 5 reuniões de equipa com frequência quinzenal

## I. O DESAFIO DO FINANCIAMENTO DOS ODS

O acesso a financiamento para o apoio às autoridades governamentais em matéria de territorialização dos ODS é uma questão-chave transversal à maioria dos Municípios portugueses



GT2:  
Financiamento  
de Ações ODS

### Plano Mundial

2015: Agenda de Ação de Adis Abeba

Fórum sobre Financiamento para o Desenvolvimento, ONU

Fórum Político de Alto Nível, ONU

### Em Portugal

2016: Operacionalização da Agenda 2030 (MNE)

2023: Catalisação de um novo ciclo (PCM)

> RVN 2023: diagnóstico prospetivo

- . Alinhamento dos instrumentos de financiamento de políticas públicas com os ODS

- . Identificação de lacunas nos exercícios orçamentais nacionais

## II. FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO E PRIORIDADES DE EXECUÇÃO

		Eixos Prioritários de Intervenção
<b>QCA I</b> 1989-93	<b>13,9</b> mil milhões €	Infraestruturas económicas com impacto direto sobre o crescimento; Infraestruturas ligadas ao investimento produtivo; Recursos humanos; Agricultura e desenvolvimento rural; Reversão industrial; Crescimento das regiões e desenvolvimento local.
<b>QCA II</b> 1994-99	<b>26,8</b> mil milhões €	Recursos humanos e o emprego; Competitividade da economia; Qualidade de vida e a coesão social; Base económica regional.
<b>QCA II</b> 2000-06	<b>33,1</b> mil milhões €	Qualificação, emprego e coesão social; Alterar o perfil produtivo para atividades do futuro; Posição geoeconómica do país; Desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional.
<b>QREN</b> 2007-13	<b>30,1</b> mil milhões €	(agendas temáticas) Agenda para o potencial humano; Agenda para os fatores de competitividade; Agenda para a valorização do território
<b>Portugal 2020</b> 2014-20	<b>25,5</b> mil milhões €	Competitividade e internacionalização; Inclusão social e emprego; Capital humano; Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos

### III. PLANO LOCAL E ALINHAMENTO COM OS ODS

**Concretização dos ODS encontra-se na dependência dos governos locais**  
*- transformação global requer forte ação local -*

Agentes  
implementadores  
da Agenda 2030

Agentes  
transformadores  
e de mudança

Responsabilidade e capacidade de  
implementar novos modelos de  
desenvolvimento sustentável à escala local  
e urbana (das cidades)

**Apropriação da  
Agenda 2030 pelas  
autarquias tem sido  
diferenciada**

- > Número crescente de autoridades com estratégias de alinhamento
- > Crescente dinamização de projetos e boas práticas
- > Instrumentos de programação financeiros e orçamentação que incorporam os princípios da Agenda 2030



**2**

## INQUÉRITO AOS MUNICÍPIOS

## I. PROBLEMÁTICA E ENQUADRAMENTO

Conhecer o nível de implementação dos ODS nos municípios portugueses, e a sua correlação com os instrumentos de financiamento

### Modelo de Inquérito



- consulta aos 307 Municípios
- divulgação por e-mail através da ANMP
- preenchimento online durante o mês de maio de 2023
- 12 questões com respostas pré-definidas e campos abertos

## II. RESULTADOS

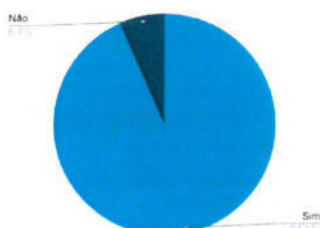
> 75 respostas (24% face ao total municípios / 95% dos membros secção ODS)

> Perfil inquiridos: 39% técnico(a) com cargo de chefia  
39% técnico(a)

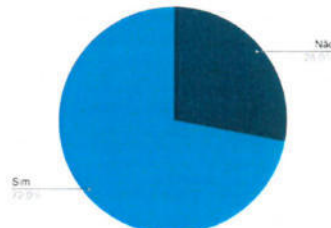
9% Presidente de Câmara  
13% Vereador(a)

### Integração da temática nas estratégias e ações municipais

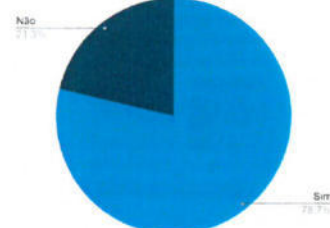
A implementação dos ODS integra as prioridades políticas do seu município?



O orçamento municipal e/ou as GOP do seu município estão alinhadas com os ODS?



O município tem procurado financiamento para implementar os ODS?



## 91% dos Municípios com projetos financiados com contributos para os ODS

85% apoiados pelo Fundo Ambiental  
45% apoiados pelo ICNF

Fundos setoriais financiados pelo Orçamento de Estado



67% apoiados por Programas Operacionais Regionais  
23% apoiados por Programas Temáticos

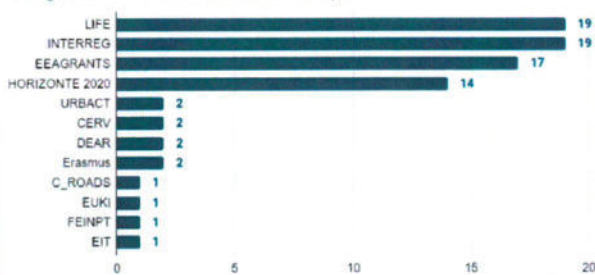
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento



## 53% dos Municípios apoiados por Programas de Financiamento Europeu

### 15% dos Municípios recorreram a outras fontes de financiamento

Programas de Financiamento Europeu



Dos 40 Municípios com projetos financiados por Programas Europeus:

- 19 apenas acederam a um Programa,
- 12 foram apoiados por dois Programas,
- 9 beneficiaram de três ou mais Programas.

Outras formas de financiamento



## CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTO

**63% possui equipa municipal específica/ dedicada à captação de financiamento**



**37% sem equipa interna dedicada**



fator limitante no acesso a recursos para a implementação de projetos

## Todos os Municípios identificaram constrangimentos na procura de financiamento para os ODS

### Principais constrangimentos:

- (56%) dificuldade de alinhamento dos Programas com os ODS
- (52%) défice de recursos humanos dedicados
- (45%) elevada complexidade dos Programas de financiamento
- (40%) elevada exigência técnica especializada dos Programas internacionais
- (37%) dificuldade na integração de consórcios internacionais
- (35%) falta de tempo para a instrução dos processos de candidatura
- (33%) défice de informação sobre oportunidades de financiamento
- (27%) dificuldade no cumprimentos dos critérios de elegibilidade
- (24%) dispersão excessiva causada pelo volume de projetos
- (11%) indefinição de prioridades para captação financiamento





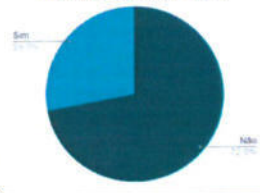
## ODS PRIORITÁRIOS PARA OS MUNICÍPIOS

- ODS 11- Cidades e comunidades sustentáveis (75% dos Municípios)
- ODS 13- Ação Climática (75% dos Municípios)
- ODS 4- Educação de qualidade (67% dos Municípios)



### Mobilização e participação da comunidade local, entidades e cidadãos

O município tem alguma medida de política fiscal que favoreça a implementação dos ODS?








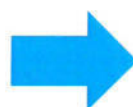
# 3

# FINANCIAMENTO DOS ODS

### ELABORAÇÃO DE UMA MATRIZ:

- Ferramenta de trabalho
- Identificação clara e exaustiva de todos os instrumentos e linhas de financiamento disponíveis
- Link para as páginas dos fundos respetivos 

**principais instrumentos e mecanismos de financiamento**

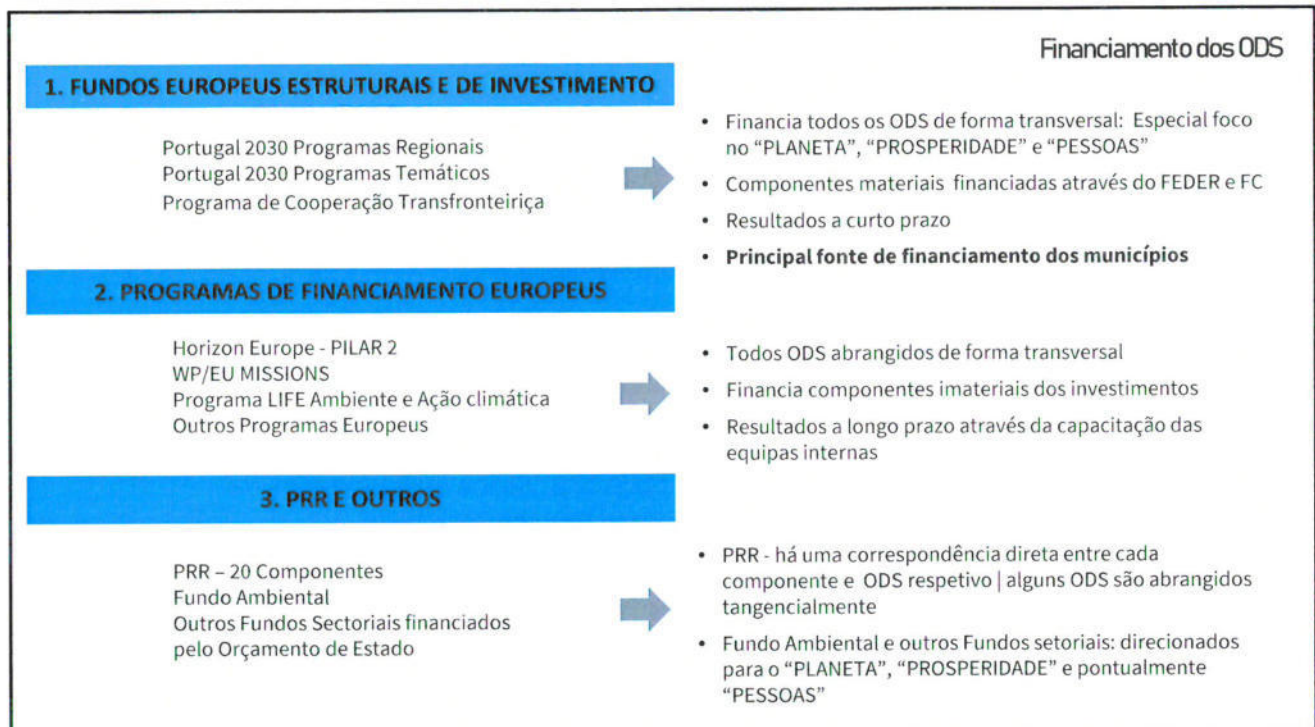
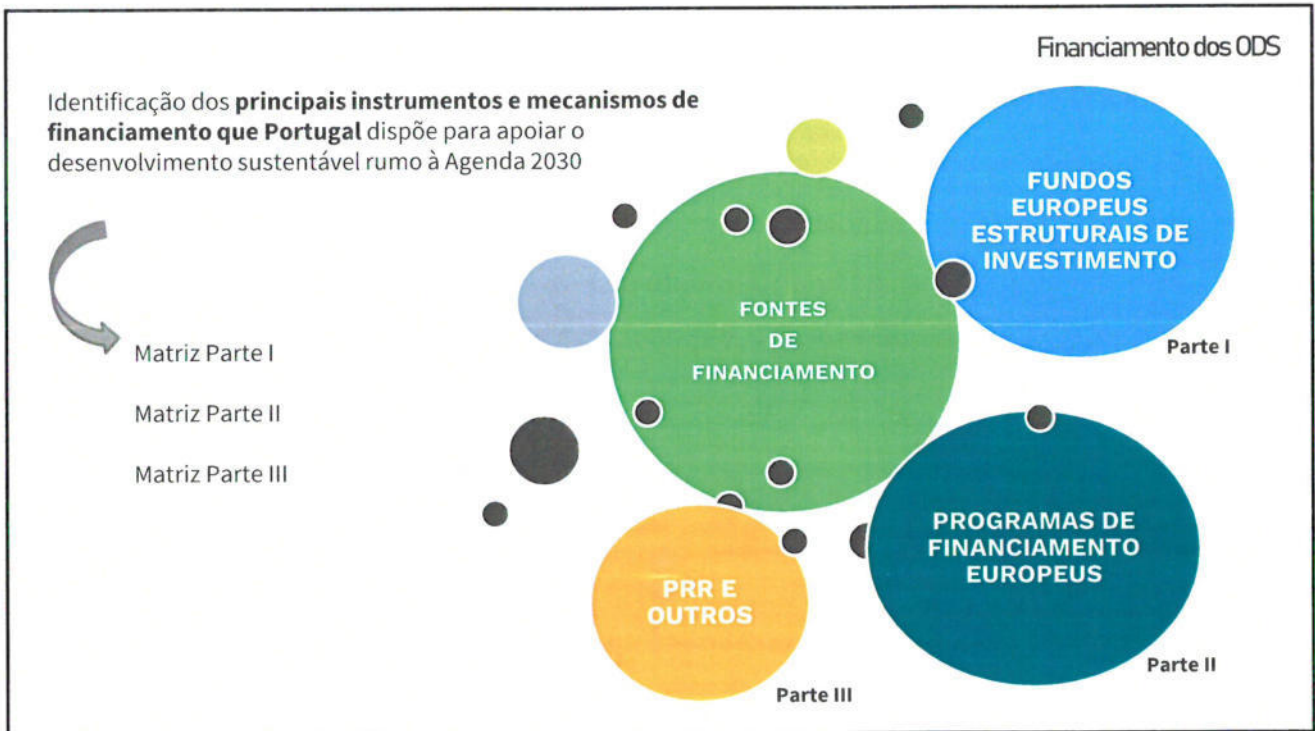


Pressupostos

- **Ausência de uma estratégia nacional** com orçamento dedicado especificamente ao desenvolvimento sustentável e prossecução das metas dos ODS da Agenda 2030,
- Existência de **inúmeros instrumentos de planeamento**, de financiamento e de política pública que contribuem de forma direta, indireta e transversal para os ODS
- As estratégias de desenvolvimento preconizadas por Portugal desde o início da Agenda 2030, refletem as componentes do **desenvolvimento sustentável**

Análise sistematizada dos vários instrumentos de financiamento teve como **objetivo**

Evidenciar o **contributo de cada instrumento para o desenvolvimento sustentável** assinalando individualmente os ODS para os quais se verifica uma contribuição direta, indireta e transversal



Hiperligação de acesso à página do Programa

Na análise da correspondência entre Fontes de financiamento e ODS, foram tidas em conta as METAS de cada ODS aplicadas a PORTUGAL

Tabela 2 - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – alinhamento com os ODS

I. FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO	ODS																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
<a href="#">Portugal 2030 Programas Regionais</a>																	
<b>Prioridade: 1A. Inovação e Competitividade</b>									•								
Objetivo específico: RSO1.1. Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias							•		•					•			
Objetivo específico: RSO1.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas								•	•	•				•		•	•
Objetivo específico: RSO1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	•							•	•	•							
Objetivo específico: RSO1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	•			•				•		•		•					
<b>Prioridade: 1B. Conetividade Digital</b>									•								

Por cada Programa de financiamento foram detalhados os elementos mais relevantes da sua arquitetura como por exemplo: Prioridades de intervenção, Objetivos, Áreas temáticas, Componentes e Subcomponentes, etc.



# 4 ■ CONCLUSÕES

## Questão de partida

*Haverá programas e medidas que financiem a implementação da Agenda 2030?*

## CONCLUSÕES GERAIS

- Compromisso no alinhamento com a Agenda 2030
- Pouco alinhamento objetivo - exceção de algumas medidas do Fundo Ambiental
- Possibilidade de alinhar todos os programas
- Nenhum programa que financie a promoção junto dos cidadãos da Agenda 2030 ou que financie a elaboração dos Relatórios Voluntários Locais
- Programas como o URBACT ou o IURC têm utilizado os ODS como linguagem e ferramenta comum de trabalho (ex: a rede “Global Goals for Cities”)

**RECURSO ESCONDIDO**

- Plano e Orçamento Municipal

**PROPOSTAS PARA OS MUNICÍPIOS**

- Promover a participação em programas europeus de troca de conhecimento
- Aumentar a participação dos Municípios no Fundo Ambiental/ICNF

**PROPOSTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

- Reforço de financiamento (e/ou apoio técnico) para projetos Municipais que contribuam para os ODS
- Financiamento nacional para *small-scale actions*
- Microfinanciamento para replicação de boas práticas
- Criação de redes de cooperação nacional
- Apoio de Assistência Técnica para a elaboração dos Relatórios Voluntários Locais

**PROPOSTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

- Capacitação dos municípios para “dificuldade de alinhamento dos programas de financiamento com os ODS;
- Disponibilização de maior informação sucinta e objetiva sobre o alinhamento dos programas com os ODS,
- Desenvolver uma proposta/resposta para os municípios que não possuem uma equipa específica ou dedicada para a captação de financiamento (37%)

**PROPOSTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

- Desenvolver uma proposta/resposta para “cerca de 52% dos municípios referiram como constrangimento a falta de recursos humanos dedicados para a captação de financiamento, o elevado grau de complexidade dos programas de financiamento foi identificado por 45% dos municípios e 40% identificou como problema a elevada exigência técnica e especializada”;
- Desenvolver uma proposta/resposta para “dificuldade em integrar consórcios internacionais (37%)” – ex: realização de sessão/workshop com partilha de boas práticas e demonstração de “como procurar parceiros”.

# OBRIGADO/A



Andreia Mafra, [andreiamafra@famalicao.pt](mailto:andreiamafra@famalicao.pt)

Raquel Lopes, [raquelclopes@cm-tvedras.pt](mailto:raquelclopes@cm-tvedras.pt)

